

Brasília, 06 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Estado de Minas - Online

Sexta-feira, 03 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Fachin rebate relatório de comissão dos EUA crítico a Moraes e defende atuação do... .. 3

Jota Info

Sábado, 04 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Marketing de emboscada na Copa do Mundo 5

MSN Notícias

Sexta-feira, 03 de abril de 2026 | Entidades

EUA: Trump anuncia tarifas até 100% sobre medicamentos patenteados 7

Exame.com

Sexta-feira, 03 de abril de 2026 | Direitos Autorais

IA está criando um problema jurídico que ninguém resolveu ainda 9

Consultor Jurídico

Sexta-feira, 03 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Inteligência artificial não pode ser titular de direitos autorais 10

Fachin rebate relatório de comissão dos EUA crítico a Moraes e defende atuação do STF

(FOLHAPRESS) - O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, divulgou nessa quinta-feira (2) uma nota em defesa do ministro Alexandre de Moraes e da corte na qual afirma que o colegiado tem histórico de proteção e promoção à liberdade de expressão, mas que o direito não autoriza o cometimento de crimes.

O texto é uma resposta ao documento dos Estados Unidos que critica o magistrado e afirma haver censura no país. Fachin não cita diretamente Moraes, mas contrapõe as acusações norte-americanas.

"Entende-se que, em determinados casos, a liberdade de expressão pode excepcionalmente sofrer limitações pontuais, em particular quando estas sejam necessárias à preservação da eficácia de outro direito fundamental. Do mesmo modo, não se pode alegar o direito à liberdade de expressão para o cometimento de crimes tipificados em lei", diz Fachin.

A menção a Moraes é feita no trecho em que o presidente cita julgamentos da corte que impedem restrições indevidas à liberdade de expressão.

O colega relatou caso concluído em 2018 no qual o plenário declarou inconstitucionais as restrições impostas pela legislação eleitoral ao humor e à emissão de críticas envolvendo candidatos, partidos e autoridades. Na ação, o Supremo declarou que a liberdade de expressão assegura o direito de criticar figuras públicas e autoridades estatais, ainda que em tom áspero, contundente, irônico ou irreverente.

Nesta quarta (1º), o comitê judiciário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos publicou um terceiro relatório sobre o Brasil em que critica Moraes, alega que as suas supostas censuras podem interferir nas eleições do Brasil em 2026 e diz que o ministro tenta censurar a liberdade de expressão americana.

Outros dois relatórios dessa mesma comissão sobre o Brasil foram publicados em 2024. Em um deles, foram expostas decisões sigilosas do ministro do STF sobre redes sociais, obtidas a partir de intima-

ção parlamentar feita à rede social X (antigo Twitter), de propriedade do bilionário Elon Musk.

Apesar de acusar censura na conduta do magistrado, uma reportagem da Folha de S. Paulo mostrou que o texto valorizava o aspecto político, alinhado a apoiadores de Bolsonaro - ignorando ataques à democracia por figuras da direita.

A comissão dos EUA é presidida por Jim Jordan, um deputado federal republicano pró-Donald Trump que, em 8 de janeiro deste ano, esteve reunido com o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro e o jornalista Paulo Figueiredo.

Na resposta de Fachin, o presidente da corte diz que, ao contrário do que diz o órgão norte-americano, o que se verifica é que, no ordenamento jurídico brasileiro, a liberdade de expressão tem posição preferencial no quadro de direitos fundamentais.

De acordo com ele, essa garantia é justificada pela efetivação da própria democracia. Mas, ainda, que as ordens dadas por Moraes, e referendadas pelo colegiado, também seguiram esse preceito, por terem sido dadas em investigações sobre crimes de tentativa de golpe. Nesses casos, disse, as medidas foram determinadas quando havia "indícios robustos da prática daqueles crimes".

"As ordens de remoção de conteúdo em plataformas digitais dadas pelo Supremo Tribunal Federal inserem-se no contexto de investigações que têm por objeto a instrumentalização criminosa de redes sociais por milícias digitais, com a finalidade da prática de diversas infrações penais, em especial aos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e associação criminosa", afirma.

Em cerca de metade do texto, Fachin descreve e defende a decisão da corte sobre a responsabilização de plataformas no Marco Civil da Internet, contextualiza o julgamento e ressalta a participação numerosa de entidades da sociedade civil em audiência pública e como amici curiae.

Em junho passado, o STF ampliou as obrigações das plataformas de redes sociais para atuação no Brasil, tornando-as responsáveis civilmente caso não removam de forma pró-ativa, antes de determinação judicial, uma nova lista de conteúdos, incluindo antidemocráticos, discriminatórios ou de incitação a crimes.

"Ademais, a decisão acompanha uma tendência global de reavaliar a proteção de direitos na internet, buscando equilíbrio entre a responsabilização das plataformas e a preservação da liberdade de expressão. Em vista disso, o julgamento caminhou para encontrar uma decisão final que, simultaneamente, aumente os cuidados quanto ao cometimento de crimes no ambiente digital e não crie incentivos para a remoção inadequada de conteúdos legíti-

mos", disse.

Por fim, Fachin ainda citou regra dos próprios EUA sobre o tema, lembrando do Communications Decency Act, que dá imunidade para as plataformas, mas estabelece cinco exceções: em caso de ação penal federal, leis de **propriedade intelectual**, leis estaduais compatíveis com a seção 230, determinadas normas sobre privacidade de comunicações eletrônicas ou leis específicas sobre tráfico sexual. Já a Europa adota regras ainda mais rigorosas, previstas no Digital Services Act.

Marketing de emboscada na Copa do Mundo

Os limites entre oportunidade comercial e associação indevida

A Copa do Mundo não mobiliza apenas torcedores. O evento também concentra investimentos expressivos em publicidade, patrocínio, licenciamento e ativações promocionais. Quanto maior a exposição, maior também a disputa pela atenção do público e, com ela, reaparece um tema recorrente no direito da propriedade intelectual e da concorrência: o marketing de emboscada.

A prática, conhecida como *ambush marketing*, ocorre quando uma empresa tenta se beneficiar da visibilidade e do prestígio de um evento sem integrar, de forma legítima, seu quadro de patrocinadores ou parceiros oficiais. Em vez de contratar os direitos de associação, a marca busca se aproximar comercialmente do evento por outros meios, tentando capturar parte de seu valor promocional.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Na Copa do Mundo, esse tipo de conduta exige atenção especial. A lógica econômica do torneio se apoia, em grande medida, na autorização exclusiva conferida aos patrocinadores oficiais para o uso dos símbolos e demais ativos vinculados ao evento. O valor pago por essas marcas decorre justamente dessa posição diferenciada. Quando terceiros tentam se inserir nesse espaço sem autorização, comprometem o valor econômico dessa exclusividade e podem incorrer em violação de direitos.

A proteção dos ativos vinculados ao torneio é parte central dessa lógica. A Fifa mantém controle rigoroso sobre um amplo conjunto de sinais distintivos relacionados à competição, incluindo marcas, representações do troféu, slogans, mascotes e outros elementos visuais e promocionais desenvolvidos para cada edição. Nesse contexto, o uso não autorizado desses ativos, ou mesmo de referências construídas para remeter de forma inequívoca ao evento, pode ensejar medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive com a suspensão de campanhas publicitárias ou a retirada de produtos do mercado.

O problema não se limita à reprodução literal do nome oficial da competição ou de seus símbolos mais conhecidos. A irregularidade pode surgir também da forma como a campanha é construída, seja por meio de linguagem promocional típica de patrocinador, identidade visual inspirada no torneio, referências ao troféu, ambientação temática ou chamadas comerciais aptas a sugerir ao consumidor uma ligação inexistente com a Copa do Mundo. Em publicidade, a ilicitude nem sempre está no signo isolado, mas no efeito de associação indevida que a comunicação é capaz de produzir.

A prática costuma se manifestar sob duas frentes recorrentes. Na primeira hipótese, usualmente identificada como marketing de emboscada por associação, a estratégia busca sugerir vínculo simbólico ou institucional inexistente. Na segunda, conhecida como marketing de emboscada por intrusão, procura-se inserir a marca no ambiente de exposição da competição por meio de ações promocionais ou ativações indevidas. Em ambas as hipóteses, o que se verifica é o aproveitamento indevido da repercussão do evento e do investimento realizado por seus titulares e patrocinadores oficiais.

O artigo 31 do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, do Conar, condena os proventos publicitários indevidos e ilegítimos obtidos por meio de "carona" ou "emboscada", especialmente quando decorrentes da invasão do espaço editorial ou comercial de veículo de comunicação. O tema também já foi enfrentado pelo Superior Tribunal de Justiça, que reconhece o marketing de emboscada como prática incompatível com os direitos de exclusividade adquiridos por patrocinadores e colaboradores.

Inscreva-se no canal de notícias do JOTA no WhatsApp e fique por dentro das principais discussões do país!

Vale ressaltar, todavia, que nem toda campanha inspirada no contexto esportivo é ilícita. O problema surge quando o interesse do público passa a ser convertido em associação comercial indevida com o evento, ultrapassando os limites do aproveitamen-

to legítimo de ocasião. Em se tratando de grandes competições, a análise prévia da campanha continua sendo a forma mais segura de evitar riscos jurídicos e reputacionais.

Na Copa do Mundo, a disputa por visibilidade também tem regras. E, no campo da publicidade,

nem toda jogada de oportunidade termina em gol de placa. Quando a campanha ultrapassa a referência legítima e passa a explorar, sem autorização, a reputação e os ativos de terceiros, o risco deixa de ser apenas mercadológico e passa a ser jurídico.

EUA: Trump anuncia tarifas até 100% sobre medicamentos patenteados

O Presidente dos EUA, Donald Trump, assinou na quinta-feira uma ordem executiva que poderá aplicar tarifas há muito ameaçadas, até 100%, sobre determinados medicamentos patenteados de empresas que não chegarem a acordo com a sua administração nos próximos meses.

As empresas que tenham assinado um acordo de preços de 'nação mais favorecida' e estejam a construir ativamente instalações nos EUA para internalizar a produção de medicamentos patenteados e dos respetivos ingredientes ficarão sujeitas a uma tarifa de 0%.

Para as que não tenham um acordo de preços, mas estejam a desenvolver esses projetos nos EUA, aplicar-se-á uma tarifa de 20%, que aumentará para 100% no prazo de quatro anos.

Um alto responsável da administração disse a jornalistas, numa conferência telefónica, que as empresas ainda têm meses para negociar antes de as tarifas de 100% entrarem em vigor: 120 dias para as maiores empresas e 180 dias para as restantes.

O responsável, que falou sob anonimato para antecipar a ordem executiva antes da sua publicação, não identificou empresas ou medicamentos em risco de serem alvo das novas tarifas, mas salientou que a administração já tinha alcançado 17 acordos de preços com grandes farmacêuticas, dos quais 13 já foram assinados. Related Estados Unidos: Trump anuncia novas tarifas 'globais' de 10% após decisão contra do Supremo TribunalGuerra tarifária e boom do comércio de IA: principais vencedores e derrotados

Na ordem, Trump escreveu que considera estas medidas necessárias "para fazer face à ameaça de comprometimento da segurança nacional representada pelas importações de medicamentos e de ingredientes farmacêuticos".

A medida surge no primeiro aniversário do chamado 'Dia da Libertação' de Trump, quando o presidente anunciou novos impostos abrangentes sobre as importações provenientes de quase todos os países do mundo, provocando fortes quedas nos

mercados bolsistas.

Essas tarifas do 'Dia da Libertação' estavam entre os direitos aduaneiros que o Supremo Tribunal anulou em fevereiro.

Algumas vozes alertaram para as consequências das tarifas anunciadas na quinta-feira. Stephen J. Uhl, presidente executivo da associação da indústria farmacêutica **PhRMA**, afirmou que impostos sobre medicamentos de ponta "vão aumentar os custos e podem pôr em risco milhares de milhões de dólares em investimentos nos EUA".

Sublinhou ainda que os EUA já têm uma presença significativa na produção biofarmacêutica e observou que os medicamentos provenientes de outros países "são, na sua esmagadora maioria, fornecidos por aliados fiáveis dos EUA".

Desde o início do segundo mandato, Trump lançou uma vaga de novos impostos sobre as importações dos parceiros comerciais dos EUA e reiterou várias vezes que estavam para chegar tarifas muito elevadas sobre medicamentos produzidos no estrangeiro.

Mas a administração também tem usado a ameaça de novas taxas para chegar a acordos com grandes empresas, como a Pfizer, a Eli Lilly e a Bristol Myers Squibb, ao longo do último ano, com promessas de preços mais baixos para novos medicamentos. Related Trump ameaça Canadá com tarifa de 100% se Otava fizer acordo comercial com a China

Para além das taxas específicas por empresa, um pequeno grupo de países estabeleceu enquadramentos comerciais com os EUA para limitar ainda mais as tarifas sobre medicamentos exportados para o mercado norte-americano.

União Europeia, Japão, Coreia e Suíça enfrentarão uma tarifa de 15% nos EUA sobre medicamentos patenteados, alinhada com as taxas previamente acordadas para a maioria dos bens, e o Reino Unido ficará sujeito a 10%, valor que, segundo a ordem de quinta-feira, será depois reduzido a zero ao abrigo de futuros acordos comerciais.

O Reino Unido tinha já afirmado ter garantido uma tarifa de 0% para todos os medicamentos britânicos exportados para os EUA durante, pelo menos, três anos. Trump atualiza tarifas sobre metais

Além disso, na quinta-feira, Trump apresentou uma atualização das tarifas de 50% sobre as importações de aço, alumínio e cobre.

A partir de segunda-feira, as tarifas sobre esses metais passarão a ser calculadas com base no valor aduaneiro total pago pelos clientes norte-americanos na compra de metal estrangeiro, de acordo com a nova ordem, medida que, segundo responsáveis da administração, impedirá importadores de outros países de fugirem a pagamentos mais elevados.

Os produtos totalmente fabricados em aço, alumínio e cobre continuarão a ser tributados a 50% na maioria dos países.

Mas a administração também está a alterar a forma como são calculadas as tarifas para metais derivados, ou seja, bens finais que contêm alguns destes metais, mas não são compostos inteiramente por eles.

Para um produto em que o metal represente menos de 15% do peso total, como a tampa de um frasco de perfume, passarão a aplicar-se apenas as tarifas específicas por país, disseram responsáveis a jornalistas na quinta-feira.

Mas para produtos com maior proporção de metal, como uma máquina de lavar composta sobretudo por aço, indicaram que será aplicada uma tarifa de 25% sobre o valor total. Related Acordo UE-Austrália: de champagne a carros elétricos Esperam-se mais impostos setoriais

As ordens assinadas na quinta-feira são o exemplo mais recente de Trump a recorrer a taxas específicas por setor. O presidente invocou a Secção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962 para impor estas taxas, o mesmo instrumento que já utilizou para aplicar impostos às importações de automó-

veis, madeira e até armários de cozinha.

E muitos antecipam mais impostos sobre importações dirigidos a produtos concretos no futuro.

Isto porque uma decisão do Supremo Tribunal anulou as tarifas que Trump tinha imposto ao abrigo de outra lei, a Lei dos Poderes Económicos em Situações de Emergência Internacional de 1977, que lhe permitia aplicar de imediato tarifas a qualquer país, praticamente em qualquer nível.

Embora a decisão judicial de 20 de fevereiro tenha representado um revés significativo para a agenda económica de Trump, o presidente continua a dispor de várias opções para manter uma política agressiva de taxaçaõ das importações.

Além das taxas setoriais, Trump impôs também uma tarifa de 10% sobre todas as importações ao abrigo de outro poder legal, apenas algumas horas depois da decisão do Supremo, mas essa taxa só pode vigorar durante 150 dias. Cerca de duas dezenas de estados já contestaram as novas tarifas.

Trump tem defendido que os novos impostos elevados sobre as importações são necessários para recuperar riqueza que foi roubada aos EUA. Diz que as medidas vão reduzir o défice comercial, que dura há décadas, e trazer de volta a indústria para o país.

Mas Trump também recorreu às tarifas em contexto de conflitos pessoais ou em resposta a críticos políticos. E a perturbação das cadeias globais de abastecimento tem-se revelado onerosa para as empresas e para os agregados familiaresjá pressionados pela subida dos preços.

Este texto foi traduzido com a ajuda de inteligência artificial. Comunicar um problema : [feedback-articles-pt@euronews.com].

IA está criando um problema jurídico que ninguém resolveu ainda

O avanço da inteligência artificial levanta dúvidas sobre autoria, responsabilidade e uso de dados e ainda não há consenso legal sobre como lidar com essas questões

O uso crescente de inteligência artificial no dia a dia tem avançado mais rápido do que a capacidade de regulação.

Ferramentas capazes de gerar textos, imagens e decisões automatizadas já fazem parte da rotina de empresas e profissionais, mas levantam uma questão central: quem é responsável pelo que a IA produz?

Um dos principais impasses envolve a responsabilidade sobre conteúdos gerados por IA. Se um texto contém informação incorreta, ofensiva ou que cause prejuízo, ainda não há um entendimento consolidado sobre quem deve responder por isso? O usuário, a empresa que desenvolveu a tecnologia ou a plataforma que disponibiliza o serviço?

Na prática, esse vazio jurídico cria insegurança, especialmente em áreas como comunicação, marketing e produção de conteúdo, onde o uso dessas ferramentas já é frequente.

Ainda está confuso sobre inteligência artificial? A especialista Izabela Anholett explica os conceitos essenciais em 15 minutos. ð Entenda aqui

Direitos autorais em disputa

Outro ponto de debate é a autoria. Conteúdos gerados por inteligência artificial não se encaixam facilmente nas regras tradicionais de **direitos autorais**, que foram pensadas para criações humanas.

Além disso, há questionamentos sobre os dados utilizados para treinar esses sistemas. Parte dos modelos foi alimentada com textos, imagens e in-

formações disponíveis na **internet**, o que levanta dúvidas sobre uso indevido de conteúdo protegido.

Decisões automatizadas

A aplicação da IA em processos de decisão também levanta preocupações. Sistemas são cada vez mais usados para analisar dados, sugerir caminhos e até apoiar decisões em áreas como finanças, recursos humanos e atendimento.

O problema surge quando essas decisões impactam pessoas diretamente. Em caso de erro, discriminação ou prejuízo, ainda não há clareza sobre como responsabilizar o uso da tecnologia ou revisar os critérios utilizados.

Regulamentação ainda em construção

No Brasil, o debate sobre regulação da inteligência artificial está em andamento, com propostas que buscam estabelecer limites, responsabilidades e diretrizes para uso da tecnologia. Ainda assim, não há uma legislação definitiva que cubra todas as situações já enfrentadas na prática.

Enquanto isso, empresas e profissionais seguem utilizando a IA em larga escala, muitas vezes sem um parâmetro claro de segurança jurídica.

A falta de definição legal não impede o uso da tecnologia, mas exige mais cautela. Em setores que lidam com informação, dados sensíveis ou tomada de decisão, cresce a necessidade de revisão humana e validação de conteúdos gerados por IA.

O cenário indica que a discussão jurídica deve acompanhar, ainda que com atraso, a velocidade da inovação. Até lá, o uso consciente e a responsabilidade individual continuam sendo fatores centrais na adoção dessas ferramentas.

Inteligência artificial não pode ser titular de direitos autorais

Inteligência artificial reacendeu debate no direito autoral: seria possível reconhecer a própria máquina como titular das obras que produz?

O avanço da inteligência artificial generativa reacendeu um debate relevante no direito autoral: seria possível reconhecer a própria máquina como titular das obras que produz? Embora a sofisticação desses sistemas - capazes de gerar textos, imagens e composições complexas - , sugira uma atuação criativa autônoma, o ordenamento jurídico brasileiro permanece estruturado sobre um pressuposto fundamental: a autoria exige personalidade jurídica.

Reprodução

Nesse ponto reside o principal obstáculo à atribuição de titularidade à inteligência artificial. O direito autoral brasileiro parte de uma premissa inequívoca: a autoria está necessariamente vinculada à figura da pessoa. Nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.610/1998, que regula os direitos autorais, considera-se autor a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. Ainda que se admita, em situações específicas, a titularidade por pessoas jurídicas, trata-se de hipóteses derivadas e não originárias de criação.

O conceito jurídico de autoria, portanto, está intrinsecamente vinculado à ideia de pessoa, entendida como sujeito de direitos e deveres na ordem civil. A estrutura do direito autoral não protege apenas interesses patrimoniais, mas também direitos morais, os quais pressupõem a existência de um sujeito capaz de exercê-los. Trata-se de um regime que se fundamenta na personalidade e na possibilidade de manifestação de vontade.

Sob essa perspectiva, a tentativa de enquadrar a inteligência artificial como autora esbarra em um obstáculo incontornável: a ausência de personalidade jurídica. Diferentemente das pessoas naturais, os sistemas de inteligência artificial não são titulares de direitos e obrigações; tampouco detêm vontade própria, consciência ou capacidade de responder por seus atos. São, em essência, instrumentos desenvolvidos e operados por seres humanos.

Sistemas de inteligência artificial operam por meio de algoritmos treinados com grandes volumes de dados previamente disponibilizados, gerando conteúdos a partir de padrões estatísticos.

Ainda que os resultados sejam sofisticados, carecem de processo criativo autônomo, intencionalidade e expressão subjetiva. Limitam-se à execução de instruções e ao processamento de dados. A máquina não cria; ela processa.

Spacca

Esse é o ponto central: a autoria não se define apenas pelo resultado, mas pelo processo intelectual consciente que o antecede, marcado pela intenção do autor e sua expressão individual. Reconhecer a inteligência artificial como titular de direitos autorais implicaria admitir que um ente desprovido de personalidade jurídica pudesse figurar como sujeito de direitos, o que contraria não apenas a legislação vigente, mas a própria lógica do sistema jurídico.

No cenário internacional, o caso Dabus, sistema desenvolvido por Stephen Thaler, no Reino Unido, tornou-se emblemático ao demonstrar a resistência dos ordenamentos jurídicos em admitir a inteligência artificial como sujeito criador. Ao rejeitar o reconhecimento de uma máquina como inventora em pedidos de patente, tribunais de diversos países reafirmaram que a titularidade de direitos pressupõe a existência de uma pessoa.

No Brasil, o Instituto Nacional da **Propriedade Intelectual (INPI)**, por meio do Parecer nº 24/2022, adotou posição semelhante ao afastar a possibilidade de indicação de inteligência artificial como inventora. O entendimento destacou que os direitos decorrentes da patente estão vinculados à personalidade jurídica, o que inviabiliza sua atribuição a sistemas artificiais.

Ementa do parecer:

Indicação no Brasil, pelo requerente de pedido de patente, de máquina dotada de inteligência artificial como inventora. 2. Impossibilidade. 3. Pedido internacional PCT/IB2019/057809, em que é apresenta-

do como inventor "DABUS, the invention was autonomously generated by an artificial intelligence". 4. Art. 4º, ter da CUP. 5. Art. 60 da Lei n. 9.279/96. Direito à obtenção da patente (caput), de cessão dos efeitos patrimoniais (§2º) e de nomeação (§4º), decorrente do direito da personalidade. 6. Necessidade de edição de legislação específica, possivelmente antecedida pela celebração de tratados internacionais destinados a uniformizar o tratamento do

tema.

Mateus Lardini MerliniÉ Escrivão De Paz Substituto Na Escrivania De Paz Do Município De Bandeirante

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	7
Entidades	5,6
Marco regulatório INPI	8,9
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,8,9